



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**  
**Curso de Relações Internacionais – FADIR**

**Milton Ferreira Vesdel Junior**

**NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE  
EMPRESAS BRASILEIRAS COM O FINANCIAMENTO DO BNDES**

**Orientador: Hermes Moreira Junior**

**Dourados (MS)**

**Agosto - 2017**

Milton Ferreira Vesdel Junior

**NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE  
EMPRESAS BRASILEIRAS COM O FINANCIAMENTO DO BNDES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Banca Examinadora da  
Universidade Federal da Grande Dourados,  
como pré-requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais, sob a  
orientação do Prof. Hermes Moreira Junior

**Dourados (MS)**

**Agosto - 2017**

**NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE  
EMPRESAS BRASILEIRAS COM O FINANCIAMENTO DO BNDES**

Milton Ferreira Vesdel Junior

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Hermes Moreira Junior  
UFGD

---

Dr. Rafael Gonçalves Gumiero  
UNIFESSPA

---

Dr. Victor Garcia Miranda  
UFMS

CONCEITO FINAL: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a todo o corpo docente de Relações Internacionais da UFGD, que fizeram parte durante toda essa minha empreitada acadêmica não como apenas professores, mas como amigos sinceros, que fizeram desses 6 anos algo imensuravelmente agradável.

A minha família, que sempre esteve presente me apoiando e motivando durante todos esses anos que estive na graduação. Agradecer a todos esforços que foram feitos por eles para me proporcionar uma ótima jornada que foi minha graduação. Fazer mais um agradecimento especial pelo motivo de nunca deixarem de acreditar em mim e sempre me cobrar para que essa parte da minha vida fosse finalizada de uma vez ( quando falo isso, me refiro a dificuldade que foi fazer esse trabalho de conclusão)

Gostaria de mencionar aqui a todos os meus amigos do curso de Relações Internacionais, em especial aqueles que se tornaram minha família durante a graduação: Samara Sartor, Carla Vreche, Rafael Alexandre, Raphael Miyoshi, Thaís Bini, Thaís Suemi, Vitor Ortiz, Vinicius Tijolin, Thiago Bernardo, Oliver Gregory, Luan Macena, Katiucy Mendes, Thaysa Zeni, Juliano Gatti, Diego Ferreira, Virginia Razaboni e Leticia Steluti. Essas pessoas são aquelas que vão ter um lugar especial sempre, pois marcaram muito a minha graduação.

Aos meus amigos fora do curso de Relações Internacionais, onde eu tive o prazer imenso de conhecer pessoas maravilhosas e que vieram a se tornar uma segunda família que eu tinha em Dourados.

Gostaria de mencionar três pessoas em especial, primeiramente ao Professor/Amigo/Pai, Matheus Hernandez, muito obrigado por todos os momentos bons que passamos juntos, por sempre ter acreditado em mim e sempre me aconselhado em relação a todas as situações adversas da vida. Valeu por sempre me lembrar do meu potencial e que o atraso desse trabalho só estava me tornando em um “lixo de vida” rs.

Ao Hermes Moreira Junior, meu grande amigo, fixo, parceiro de bohemia, pai, professor e Orientador, ao qual sem esse cara ímpar, não seria possível a apresentação desse trabalho. Gostaria de mencionar o prazer que foi se tornar seu amigo e parceiro e principalmente agradecer por não desistir de me orientar mesmo durante esses dois longos e difíceis anos que foi a confecção do meu trabalho, mas

como diz um amigo meu, é igual Costela na churrasqueira, já faz muito tempo que está assando, agora é só aproveita.

A Samara Sartor, que durante a graduação foi uma amiga mais do que inestimável, foi uma pessoa pela qual tive a grande sorte de poder passar diversos momentos ao lado e que ao final dessa trajetória viria a se tornar minha namorada. Gostaria de agradecer por em momento algum ter deixado de me cobrar e puxar a orelha para que eu desse um fim na minha graduação. Agradecer por sempre ter paciência e me motivar em busca dos meus sonhos e objetivos, OBRIGADO!

## RESUMO

Este presente trabalho pretende analisar a internacionalização das empresas brasileiras durante o governo Lula através do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O trabalho apresenta uma construção teórica que envolve as premissas do novo-desenvolvimentismo na América Latina e principalmente no Brasil e histórica acerca do BNDES. Analisa o governo Lula e sua política externa onde o Brasil teve o maior alavanco internacionalmente e também caso específico de três empresas que contaram com os altos investimentos do Banco para a expansão e internacionalização.

**Palavras-Chave:** BNDES, Novo-desenvolvimentismo, Internacionalização.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>1. DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL .....</b>	<b>8</b>
1.1 ESTRUTURALISMO, DESENVOLVIMENTISMO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL NO BRASIL.....	9
1.2 NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA. ....	13
1.3 NOVO-DESENVOLVIMENTISMO, NEODESENVOLVIMENTISMO E SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO: UM DEBATE SOBRE O CASO BRASILEIRO. ....	18
<b>2. BNDES COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO. ....</b>	<b>20</b>
2.1 BNDES E A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA.....	25
2.2 BNDES E OS INVESTIMENTOS DURANTE O GOVERNO LULA. ...	27
<b>3. INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS COM O FINANCIAMENTO DO BNDES. ....</b>	<b>30</b>
3.1 JBS.....	30
3.2 FIBRIA.....	37
3.3 ODEBRECHT.....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como objetivo de estudo discorrer sobre a política econômica brasileira de financiamentos à grandes empresas, provida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a formulação e implementação das estratégias de desenvolvimento adotadas no Brasil e a internacionalização de tais empresas, da qual possuem o Banco como importante participante através de investimentos realizados, que possuíam como finalidade estender os negócios brasileiros no exterior. O enfoque será direcionado ao período de 2003 a 2010, nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, devido a grande visibilidade externa e aos altos investimentos que o BNDES fez para uma inserção do Brasil na política mundial.

A importância que o BNDES obteve na conjuntura econômica e política brasileira nos últimos anos chama a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, devido a isso, o número de pesquisas sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tem aumentado nos últimos 15 anos (BUGIATO, 2016). Potencialmente, espera-se que a pesquisa obtenha implicações significativas na perspectiva acadêmica de forma epistemológica, contribuindo de maneira relevante com o assunto. O BNDES como objeto de estudo é fundamental para a compreensão dos resultados das políticas públicas adotadas na internacionalização de empresas brasileiras que obtiveram suporte e investimentos, para tal, a estrutura e o conteúdo desta pesquisa está dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo será feita uma revisão sobre a ideologia desenvolvimentista e novo-desenvolvimentista, dessa maneira, proporcionará uma retomada do assunto para melhor entendimento nos capítulos seguintes; no próximo capítulo, será feita uma breve construção histórica em volta da função do BNDES ao longo dos anos, dando enfoque na participação do Banco durante o Governo Lula e seus impactos sobre a política externa desse período, no terceiro e último capítulo farei um estudo sobre três empresas que se inseriram no mercado mundial e se expandiram internacionalmente devido aos investimentos do BNDES, são elas: Odebrecht, Fibria e JBS. Essas empresas foram escolhidas por serem as empresas denominadas “campeãs nacionais”, ou seja, empresas que possuíam grande potencial de crescimento e que receberam grande parte dos investimentos do BNDES para

alcançar a competitividade internacional. O tema escolhido tem o intuito de analisar se os investimentos do BNDES realizados durante o governo Lula promovem aumento da capacidade de competição das empresas no capitalismo internacional, mas não atingem os objetivos do novo-desenvolvimentismo de alterar a situação do Brasil no campo da Divisão Internacional do Trabalho.

## **1. DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL**

Pode-se dizer que o desenvolvimentismo é uma teoria econômica voltada para a industrialização e a infraestrutura dos países subdesenvolvidos com a intervenção do Estado para o crescimento social. Esta teoria surge com a conjuntura internacional que a Grande Depressão de 1929 traz e é vista como uma oportunidade para os países latino-americanos darem um passo em busca da sua revolução industrial.

Em países como o Brasil, o desenvolvimentismo está ligado as teorias econômicas estudadas pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) que foi criada com o objetivo de fomentar os estudos e cooperação econômica dos países latino-americanos para que esses mesmos pudessem se industrializar e desenvolver suas economias consideradas atrasadas.

A teoria desenvolvimentista tem seu auge nas três décadas posterior à Segunda Guerra Mundial. E apesar de não ter reduzido a desigualdade em países como o Brasil, pode-se dizer que o resultado alcançado pela era desenvolvimentista foi bom, visto que o crescimento econômico e industrial alcançados na época foi bem expressivo.

O Brasil, assim como vários outros países da América Latina, passaram por grandes mudanças estruturais, que ganharam velocidade, a partir de 1930. Tais mudanças, em si, representaram um movimento desenvolvimentista, a partir da implantação de políticas públicas voltadas à ênfase na industrialização orientada pelo Estado, à liberalização política e ao controle social e sindical.

O colapso econômico conhecido como a Grande Depressão da década de 1930 abala o comércio mundial e força os países latino-americanos a se

desdobrarem sobre suas forças para conseguir suprir a ausência dos produtos importados. A crise no comércio internacional fez com que os países europeus buscassem sua própria produção de bens agropecuários, logo causando uma grande queda nas exportações dos países subdesenvolvidos do sul que possuem em sua grande maioria um modelo primário-exportador.

Com a queda nas exportações, os países latino-americanos não tem mais como importar produtos industrializados fabricados nos países desenvolvidos, logo, como esses produtos não eram produzidos localmente, os países se veem forçados a entrar em um novo rumo e a produzir aquilo que era importado. Esse processo que foi inicialmente forçado como um meio de “sobrevivência” tem impactos positivos e começam a surgir grandes empresas locais que acabam gerando uma grande massa de emprego e alavancando o crescimento desses países latino-americanos, especialmente nos maiores países dessa região (Brasil, Argentina e México).

Sendo assim, o que países como o Brasil, de natureza econômica primário-exportadora, tiveram como primeiro impasse, tendo em vista a conjuntura crítica de 1929, ano da grande crise, ao mesmo tempo em que abria-se a possibilidade de industrialização, foi a necessidade de grupos sociais dispostos a serem os portadores dessa tarefa desenvolvimentista. Ou seja, imprescindível tornava-se, naquela época, a força política capaz de dar seguimento ao movimento.

Com o objetivo de mostrar a influência que a era desenvolvimentista teve para o crescimento industrial brasileiro, este capítulo trará uma breve análise sobre os estudos desenvolvimentistas e estruturalistas que explicam o processo de industrialização que os países latino-americanos em especial o Brasil passaram no século XX.

## **1.1 ESTRUTURALISMO, DESENVOLVIMENTISMO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL NO BRASIL.**

Com uma conjuntura internacional crítica, a queda das exportações e a baixa entrada de dólares para importação, os países latino-americanos encontram limitações para o desenvolvimento. É a partir dessa limitação e a criação da CEPAL<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948 tem como objetivo monitorar e fomentar as políticas em prol do desenvolvimento econômico e social da região da América Latina e posteriormente incorpora o Caribe na sua zona de atuação.

que começam a mudar o enfoque para superar os problemas que a crise havia proporcionado para os países da América Latina.

O estruturalismo é uma resposta para esses problemas e para a superação do subdesenvolvimento da região. Percursor desse pensamento estruturalista na região, o economista Raul Prebisch vê a condição de subdesenvolvimento da região como uma questão histórica, que pode ser explicada pela tese do “centro x periferia” onde o centro toma-se como os países desenvolvidos, ou seja, detentores do progresso técnico e da diversificação das indústrias. E periferia entende-se como os países que são subdesenvolvidos, ou seja, países com sua indústria especializada para exportação de produtos primários. Assim, podemos notar que os países da periferia dependem dos países do centro para o consumo de produtos de bens de consumo e de capital.

Segundo Octavio Rodriguez (2009. p, 81) :

“(...) concebe-se que centros e periferia se constituem historicamente como resultado da forma como o progresso técnico se propaga na economia mundial. Nos centros, os métodos indiretos de produção que ele gera se difundem em um lapso relativamente breve para a totalidade do aparelho produtivo. Na periferia, parte-se de um atraso inicial e, ao transcorrer um período chamado de “desenvolvimento para fora”, as novas técnicas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados, no que toca à penetração das novas técnicas”

Ainda problematizando a questão de subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Nota-se que esses países eram afetados diretamente pela crise internacional. Uma vez que suas exportações não eram diversificadas e ainda assim necessitava das importações de bens de consumo e de capital dos países do centro. Essa vulnerabilidade externa também é notada quando os produtos primários exportados pelos países da América Latina sofrem desvalorização, logo causando uma deterioração dos termos de trocas. Ou seja, segundo José Maria Dias Pereira (2011. p, 3)

“Ao invés de os ganhos de produtividade do centro serem transferidos para a periferia, ocorria o contrário. Como os preços dos produtos primários produzidos pela periferia sofriam constante desvalorização, em contraste com os preços dos bens industrializados vendidos pelo centro, disso resultava uma crescente perda da periferia nas relações de troca com o centro. Havia uma desvantagem comparativa no intercâmbio entre os países que se especializaram em produzir alimentos e matérias-primas e aqueles voltados para a produção de bens industriais, os quais agregavam maior valor. A razão para isso é que, com o avanço do progresso técnico intensivo em capital e poupador de matérias-primas no centro, a demanda externa por produtos primários da periferia tende a ser decrescente ao longo do tempo, gerando um descompasso estrutural entre oferta e demanda que se reflete em queda sistemática dos preços.”

No caso brasileiro, o país viu sua fragilidade ao âmbito internacional quando a crise afetou suas exportações de café (produto principal de sua economia) e assim fez com que acontecessem “choques estruturais” que colocasse a posição atual brasileira em “xeque”. Aqui vale ressaltar a jogada política de Getúlio Vargas que fez com que a produção excessiva do café fosse comprada usando a linha de crédito do governo e queimada, possibilitando assim uma recuperação mais rápida perante a crise. A industrialização brasileira até então era moldada pelas exportações primárias, processo que, segundo Celso Furtado (1970) é a primeira parte da industrialização brasileira e que só assim poderia ser possível passar ao segundo modelo de industrialização (a industrialização por meio da “substituição de importações”).

A partir da Grande Depressão e o abalo das estruturas, se vê necessário uma reformulação da política econômica. Este período é marcado pelo que os estruturalistas chamavam de “crescimento para dentro”. Anteriormente os países da América Latina possuíam um modelo exportador “para fora” voltado a especialização na produção primária e exportação do mesmo para os países do centro. Como a crise afetou tanto países do centro, como da periferia, os países latino-americanos começaram a ter que fazer uma “reserva de mercado interno”, ou seja, produzir aquilo que era necessário e antes era importado dos países do centro. Este período é o marco da industrialização dos países subdesenvolvidos e é conhecido como modelo de “substituição de importações”.

O modelo de substituição de importações, não foi suficiente para acabar com

a condição de subdesenvolvimentos nos países latino-americanos. Ao que tange a situação brasileira, as políticas protecionistas e o Estado agindo de maneira a proteger as indústrias nacionais por meio de controle das importações e subsídios para a produção de bens de consumo e de capital, também não foram suficientes. Porém, nota-se que durante o auge do desenvolvimentismo, o país cresceu muito em relação a períodos anteriores e deixou de ser um país unicamente primário-exportador, passou a ter uma diversificação de indústrias em seu território.

Durante o governo de Getúlio Vargas, o Brasil investiu fortemente nas indústrias de base e energia, podendo citar aqui a criação da Companhia de Siderurgia Nacional, Companhia Vale do Rio doce e ainda a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Esses são exemplos de que o governo estava atuando de maneira ativa para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento industrial.

Essa tendência desenvolvimentista veio a ser ainda melhor consolidada nas próximas décadas, com a criação da Assessoria Econômica da Presidência da República, o BNDE (que posteriormente viria a tornar-se o BNDES, com o Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982) e os Grupos Executivos.

Nos anos seguintes o Brasil estava com grandes reservas de moedas estrangeiras devido ao posicionamento industrial do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, onde suas exportações aumentaram notavelmente.

Juscelino Kubitschek, nos anos 50, destacou-se em fomentar politicamente a indústria automobilística, a criação de Brasília, e a abertura de estradas, mobilizando ainda diferentes setores da sociedade a partir da evocação de um ideário nacionalista, sendo-lhe assim creditado o ideário do Nacional Desenvolvimentismo.

Após tal época, com o golpe de 1964, e principalmente a partir de 1970, os governos militares ficaram famosos ao criar uma agenda desenvolvimentista no país, ainda que em moldes autoritários.

Investiram de tal forma em infraestrutura, com a abertura e asfaltamento de milhares de quilômetros de estradas, construção de usinas de energia (Itaipu e Ponte Rio-Niterói), portos, aeroportos, além da criação do Pro-Álcool e da Telébras, ainda que sem participação e fiscalização de cunho social, como bem expõe Bresser (2003).

Porém, a queda do modelo nacional desenvolvimentista teve quatro etapas. A primeira, ocorre com a crise de 1960 e o fim das alianças nacionais

desenvolvimentistas que possibilitaram o estabelecimento dos regimes militares na América Latina. A segunda etapa está no modelo de “substituição de importações”. Celso Furtado acreditava que esse modelo seria apenas uma etapa da industrialização e não o modelo a ser levado durante toda a “Revolução industrial” dos países latino-americanos. O modelo possuía uma insuficiência e viria a gerar um aumento da relação de Capital-Trabalho que acabaria com a concentração de renda nas mãos de poucos. Isso seria o motivo pelo qual o modelo de “substituição de importações” não seria capaz de suprir a condição de subdesenvolvimentos desses países, pelo contrário, alargaria ainda mais essa condição.

A terceira etapa está ligada com a crise da dívida externa de 1980. A crise fez com que aparecessem elevadas taxas de inflação nesse período. Com isso apenas uma pequena ala de grupos de esquerda continuava a apoiar o modelo nacional desenvolvimentista, porém, esse grupo que permaneceu no poder nos anos 80 mostrou-se incapaz de resolver os problemas inflacionários que estavam ligados a depreciação das taxas de câmbio causada pela crise.

A quarta etapa, também ligada a crise da dívida externa dos anos 80, era a razão pelo qual o movimento neoliberal ganhava espaço. Essa ortodoxia convencional vinha superando pouco a pouco o ideário nacional desenvolvimentista que mostrava-se ultrapassado e sedia espaço para essa nova ideologia vinda do Norte.

## **1.2 NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.**

Diante da crise da dívida externa e a forte propagação do ideal neoliberal estadunidense. O crescimento nacional desenvolvimentista foi interrompido. Os países deixaram de possuir um plano nacional de desenvolvimento, as elites empresariais estavam em “xeque” pelo enfraquecimento nacional que a crise providenciara. Assim, logo os países começaram a ceder ao novo ideário que possuía em termos gerais, uma liberalização do mercado e deixar o mesmo atuar por si só, promovendo assim o crescimento e o ajuste econômico, além de algumas “reformas macroeconômicas” que se via como necessário.

Bresser Pereira ressalta que esse modelo adotado seria negativo, uma vez que esse ideário não havia sido pensado localmente, logo não possuía e não refletia

as preocupações dos países latino-americanos.

A ideologia ortodoxa neoliberal, expressada pelo Consenso de Washington que, segundo Bresser:

“O Consenso de Washington foi concebido originalmente por John Williamson (1990), economista do Banco Mundial, que sugeriu um conjunto de proposições que rapidamente se tornou no denominador comum das proposições e aconselhamento político das instituições baseadas em Washington (Banco Mundial e FMI) para os países latino-americanos, e mesmo para outros países em desenvolvimento. Tais proposições objetivam estimular o crescimento econômico através de um conjunto de políticas e reformas de natureza liberalizante, que visavam a disciplina macroeconômica (entendida como estabilidade de preços), abertura comercial e políticas microeconômicas de mercado. A recomendação de abertura da conta de capital, que não constava das proposições originais de Williamson, foi acrescentada ao receituário pelas instituições multilaterais. Assim, o chamado "Consenso de Washington" foi a base das reformas liberalizantes que, em maior ou menor grau, foram aplicadas em vários países da América Latina, incluindo Argentina, Brasil e México, ao longo da década de 1990”.

Ainda que de forma usual, é considerado que o “Consenso de Washington” é o ideal neoliberal dos Estados Unidos usado por meios políticos e econômicos para propagar sua hegemonia. A propagação do ideário neoliberal é visto como uma tentativa de neutralizar o desenvolvimento dos países de renda média, ou seja, os países em desenvolvimento que é o caso dos países latino-americanos. As pressões impostas pelos Estados Unidos para a adoção de políticas econômicas liberais seria como uma forma de “chutar a escada” para o desenvolvimento.

O novo-desenvolvimentismo surge como resposta à insuficiência vista no discurso neoliberal, surge de forma a pensar uma estratégia que adote uma postura de desenvolvimento dos países de renda média. Aqui, não podemos confundir o “novo-desenvolvimentismo” com o “desenvolvimentismo” dos anos 1950. Apesar de o pensamento atual conter alguns traços do pensamento anterior, Bresser Pereira prefere destacar o atual pensamento como um “terceiro discurso”. Um pensamento que surge para atender as necessidades dos países em desenvolvimentos no

cenário atual e como resposta as pressões impostas pelo Norte com o ideário ortodoxo convencional.

De forma a fazer uma análise melhor do novo-desenvolvimentismo nota-se que:

“O Novo-desenvolvimentismo tem diversas origens, entre as quais a visão de Keynes e de economistas keynesianos contemporâneos de complementaridade entre Estado e mercado (ver a seguir) e a visão cepalina neo-estruturalista que, tomando como ponto de partida que a industrialização latino-americana não foi suficiente para resolver os problemas de desigualdades sociais na região, defende a adoção de uma estratégia de “transformação produtiva com equidade social” que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda.” (SICSÚ, 2007. p, 508).

De forma a pensar a complementariedade entre Estado e Mercado, o novo-desenvolvimentismo parte de um pressuposto que o Estado e o Mercado devem atuar em conjunto e em prol do desenvolvimento e da sociedade. Aqui nota-se uma grande distinção da teoria neoliberal convencional.

Os neoliberais acham que a atuação do mercado deve ser livre, que não deve haver interferência do Estado. O mercado deve atuar de forma a se auto regulamentar, ou seja, o mercado será capaz por si só de gerar os benefícios necessários para os países e promoverá o controle econômico e o desenvolvimento dos mesmos. O Estado, na visão neoliberal, é tido como irresponsável. A atuação do Estado no mercado só trará problemas para a economia, sendo eles de características macroeconômicas ou beneficiando os “mais fracos” através de subsídios. Ou seja, o mercado deve trabalhar no pressuposto da “mão invisível” de Adam Smith e será capaz de regular e reger a economia e o crescimento, sendo o papel do Estado, mínimo.

Na visão novo-desenvolvimentista o papel do Estado não é mínimo, pelo contrário, para haver crescimento e desenvolvimento de uma nação o papel do de interferência do Estado diante do mercado é de fundamental importância. Porém, o mercado nesse caso, não tem a função mínima, como o Estado tem na teoria neoliberal.

O mercado é capaz de produzir uma concorrência de forma a aumentar as inovações e estimular o crescimento econômico e industrial, porém, deve ser regulado para que não haja a sobrevivência apenas daqueles que são aptos a operar na livre concorrência do mercado, ou seja, o Estado deve interferir para que:

“o resultado deve ser a constituição de um mercado forte onde predomina a busca pela redução de custos e de preços, pela melhoria da qualidade dos serviços e produtos e onde, conseqüentemente, haverá um reduzido desemprego, já que os menores e/ou menos eficientes também poderiam trabalhar, produzir, enfim, fazer parte do mercado”. (SICSÚ 2007. p, 513).

O Estado deve ser forte para promover políticas que promovam o crescimento e desenvolvimento do país, políticas macroeconômicas que ajudem o mercado a operar de forma mais tranquila, com menos risco de sofrer quedas devido a altas taxas de juros ou taxa de câmbio desvalorizada.

O novo desenvolvimentismo só será possível, quando os países retornarem a ideia de ser uma nação, de possuir uma estratégia de desenvolvimento nacional. No caso brasileiro, o novo desenvolvimentismo só acontecerá se o país retornar ao ideário da década de 30, no governo de Getúlio Vargas, onde o país adotava uma postura de nação em prol do desenvolvimento. O estado-nação vai existir em prol de que as instituições trabalhem pelo interesse nacional e que cada os trabalhadores de renda média a alta burocracia estatal e os empresários de alta renda sejam os atores desse plano de desenvolvimento. Assim, podemos entender que esse nacionalismo ou ideia de estado-nação promova um crescimento econômico com equidade social e liberdade para a competitividade do cenário internacional.

Diferente do “velho desenvolvimentismo”, alternativa para as pressões impostas por um ideário ortodoxo convencional regido pela hegemonia norte americana. O novo desenvolvimentismo possui características que o diferenciam do antigo desenvolvimentismo e do ideário convencional. Podemos ver exemplos como: comércio voltado para exportações; preocupação com os déficits de conta pública e com a contenção da inflação, Estado atuando de forma subsidiária em relação a poupança externa e o investimentos das empresas. Diferenciações chaves em relação a antiga ideia do nacional desenvolvimentismo, já ao que tange o

neoliberalismo, nota-se: O déficit no orçamento e a conta pública são padrões fiscais centrais; o Banco central opera em forma de “tripé”, coordenando a inflação, taxa de juros e o emprego; taxa de juros é moderada e a taxa da câmbio apesar de ser flutuante, é administrada.

Para finalizar a conceituação e melhor entendimento, vale ressaltar:

“Em linhas gerais, Bresser-Pereira, no referido artigo, relaciona o novo-desenvolvimentismo – enquanto estratégia nacional de desenvolvimento – aos seguintes elementos: 1) uma maior abertura da conta comercial do país, que deve ser feita de forma negociada e com reciprocidades; 2) um novo papel do Estado, com um planejamento mais estratégico; 3) preocupação com a estabilidade macroeconômica, incluindo não só a estabilidade de preços como também equilíbrio do balanço de pagamentos e busca do pleno emprego; 4) uma nova política macroeconômica, que permita inverter a equação perversa juros elevados e câmbio apreciado; 5) não aceitar a estratégia de crescimento com poupança externa, visando alternativamente financiar o desenvolvimento como recursos próprios de cada nação.” (Bresser-Pereira 2004. Apud SICSÚ 2007. p, 508)

O novo desenvolvimentismo em seu ideário completo traria um desenvolvimento nacional progressivo e um nível de competitividade das indústrias brasileiras notável.

Uma vez que uma das vertentes principais da teoria era o comércio voltado para exportações, ou seja, o Estado e o mercado possibilitariam e subsidiariam as indústrias brasileiras de forma a deixá-la em condição de competição com as indústrias dos países desenvolvidos.

Bresser-Pereira vê a queda da competitividade da indústria brasileira como um fenômeno circular que vem ocorrendo desde os anos 80, quando o país perdeu sua identidade desenvolvimentista devido à crise da dívida externa e começou a operar de acordo com a teoria convencional, ou seja, abrindo suas contas públicas de forma irrestrita, perdendo controle assim das taxas de juros e da inflação que assombraram o país durante os anos 80 e 90. Esses fenômenos foram decorrentes e impossibilitaram um contínuo investimento na indústria, motivo esse pelo qual há a perda de competitividade. Outro motivo destaca-se logo após o Plano Real (1994) e o ajuste da inflação e da valorização da moeda nacional, o Brasil retorna ao seu

crescimento econômico e volta a possuir uma grande exportação, porém no setor de commodities, isso faz com que o nível de salários aumentem tornando assim as indústrias brasileiras menos competitivas. Podemos associar a falta de competitividade da indústria brasileira com o aumento dos salários, a perda de produtividade do país e a desvalorização da moeda nacional.

### **1.3 NOVO-DESENVOLVIMENTISMO, NEODESENVOLVIMENTISMO E SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO: UM DEBATE SOBRE O CASO BRASILEIRO.**

O novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo, como vimos anteriormente, é uma reformulação do interesse nacional, ou seja, unir as diferentes classes e diferentes instituições de forma a possuir um único interesse, o desenvolvimento nacional. Isso molda a ideia de Estado-nação vista e possibilitaria assim que o novo desenvolvimentismo pudesse ser pensado e usado de forma a suprir as pressões sofridas pelos países de renda média, nesse caso, o Brasil.

A teoria reconstituída do ideário de 1930, pretende dessa vez sanar problemas como o aumento substancial da desigualdade social. Porém, ainda seu principal seguimento é o desenvolvimento nacional e econômico.

O novo desenvolvimentismo que defendia um mercado exportador de forma que o Estado interviria e subsidiaria apenas aqueles que possuíssem qualidades e ferramentas para se tornarem competitivas no cenário internacional se diverge aqui da ideia do Social-desenvolvimentismo que surge, no caso brasileiro, com a entrada do governo de esquerda nas eleições de 2002.

Segundo Fernando Nogueira da Costa (2012 p, 1)

“O Social-desenvolvimentismo argumenta que a diversidade setorial da economia brasileira só tem paralelo, entre as economias emergentes, na China e na Índia. Então, o Brasil não se restringe à indústria. Deve acentuar a sua condição de potência agrícola, candidatar-se a posição de peso no conjunto interrelacionado de atividades industriais e de serviços, com o nível de sofisticação tecnológica em que a própria agricultura vem sendo praticada no País.”

O Social-desenvolvimento expressa processo econômico e social que o Brasil está passando no momento. Com a chegada da esquerda no poder político, a dimensão social passou a ser a essência do desenvolvimento nacional. Logo podemos notar aqui que o Estado possuía uma estratégia de crescimento econômico onde sua maior preocupação é as questões sociais.

Com um demanda externa favorável diante das exportações de commodities e o Estado promovendo políticas públicas em prol do trabalhador e da redução da desigualdade social, notou-se que o Brasil estava em uma “nova” linha desenvolvimentista. Essa mudança não deve-se só a troca de ênfase em prol do desenvolvimento que o governo estava propondo. Mas tratava-se de tentar sanar os problemas que o desenvolvimento nacional veio trazendo ao longo de sua história.

Esses problemas são vistos principalmente na distribuição de renda do país. Um problema que foi trazido ao longo da “revolução industrial brasileira” que acabou concentrando os recursos positivos obtidos na época nas mãos de poucos, aumentando a desigualdade social que deveria ser diminuída com o modelo proposto pelo desenvolvimentismo da época. Com a era da globalização financeira esse índice de desigualdade somente aumentou, tornando ainda mais difícil a missão do atual governo de voltar a promover o crescimento nacional, de forma ainda a reduzir a desigualdade social.

Um outro desafio do governo Lula que possui um plano social-desenvolvimentista, é algo que está presente na história brasileira e já foi problematizado por Celso Furtado (1965). Seria o fato de que o progresso econômico brasileiro teria sido positivo porém desastroso, uma vez que a indústria brasileira cresceu em prol da necessidade da sociedade de luxo, fazendo com que o progresso técnico industrial não acompanhasse as tecnologias importadas para suprir essa demanda. Por mais que tenha existindo um progresso econômico, esse é um fator que só agravou ainda mais a desigualdade social do país.

O Brasil por um longo período desenvolvimentista na sua história, o governo Lula tem a missão de interpretar a nova teoria desenvolvimentista e trazer ao molde brasileiro. O social-desenvolvimento surge como uma resposta para o caso brasileiro, que com a reformulação de seu governo e um novo ideário, está dando ênfase ao caráter social em prol de um país menos desigual e em constante crescimento.

## **2. BNDES COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO.**

Em um cenário oportuno, o BNDES nasceu de estudos derivados da comissão Mista BRASIL – ESTADOS UNIDOS com o objetivo de promover a infraestrutura necessária para um plano nacional de desenvolvimento econômico e social. No início o Banco contaria com recursos provenientes de uma parceria com o governo norte-americano, o Banco Mundial e o Eximbank, porém esses recursos esperados pelo BNDES não foram liberados.

Contando apenas com o Fundo de Reparcelamento Econômico como fonte de recurso, o banco estava impossibilitado de realizar e financiar projetos de grandes proporções. Este período foi importante para o Banco, pois mesmo com ausência desses recursos, ele se manteve na sua proposta inicial de fomentador e financiador de projetos que melhorassem a infraestrutura e promovesse um crescimento econômico e social no país.

Neste período dos anos 50, anos de criação do BNDES, destaca-se também

a participação fundamental do Banco no Plano de Metas. A instituição não participou apenas de forma financiadora, mas também teve grande participação na elaboração e formação do Plano que impulsionou a economia brasileira na década de 50. O Plano que tem bases enraizadas em diagnósticos de estudos concebidos pela comissão BNDES-CEPAL, só foi possível devido a colaboração por parte do BNDES.

Nos anos seguintes, o BNDES continuou com sua função de fomentador e planejador e foi identificando os pontos fracos da economia brasileira. Em 1964 o banco foi ameaçado pela entrada da ditadura militar no país, pois existia um projeto de reforma tributária onde extinguiria ainda mais os recursos que o banco poderia trabalhar. Porém, não pode se dizer o mesmo de todo período que rege a ditadura militar brasileira, o banco que por hora no início do regime havia sido deixado de lado, “retoma” sua importância ainda no final de 1964, quando o governo brasileiro reconhece a instituição como principal instrumento de execução da política e ainda criam o FINAME (Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais) que é mais uma fonte de recursos para o BNDES poder continuar exercendo sua função de fomentador e planejador da economia brasileira.

Ainda na década de 60, o BNDES que anteriormente concentrava praticamente todo seu recurso voltado para o setor público, passa a destinar uma quantia maior para o setor privado durante essa década. Em 1968, o Banco pela primeira vez destina a maior parte de seus recursos para o setor privado e vai aumentar ainda mais durante a década seguinte. Isso ocorre devido a “autossuficiência” que o setor público adquiriu por causa do Banco. Por outro lado podemos notar uma intenção do Banco de financiar o crescimento das indústrias privadas para colocarem elas em pé de igualdade com as indústrias de fora.

Na década de 70, além da mudança na área de financiamentos o BNDES teve outra mudança muito importante. Em 1974 foi incorporado para o controle do Banco os recursos do PIS/PASEP, o que de certa forma possibilitou os financiamentos a longo prazo. Ainda no mesmo período o Banco financiou o segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que objetivava o crescimento das empresas privadas nacionais de forma a se apoiar nas empresas públicas como seu alicerce.

Mesmo com as mudanças, os estudos ainda continuaram sendo uma parte fundamental da área de planejamento do Banco, que na década de 70 apresenta

estudos para direcionar os financiamentos de longo prazo no setor privado para as áreas necessárias. Em 1973, o BNDES criou o Deplan (Departamento de Planejamento), este que era um departamento oriundo dos estudos e necessário para a integração da diretoria com os técnicos nos planejamentos do Banco.

A década de 1980 talvez seja a mais delicada desde a criação do Banco. Marcada por uma indefinição na sua atuação, o BNDES encontrou-se nessa situação devido as consequências que a crise financeira que era presente nos Estados Unidos causaram. A escassez de recursos externos, fez com que o Banco atuasse junto ao governo de forma “compensatória”.

Juntamente ao governo, o BNDES vai aplicando seus recursos e voltando-se para os setores de maiores necessidades para que o país ainda mantivesse um crescimento econômico e comercial. É neste momento, que podemos notar que o Banco vai mover seus recursos para diversos setores de exportação para reduzir os impactos da crise mundial sobre a economia brasileira. Destaca-se aqui o momento de indefinição na sua atuação, o Banco não estava familiarizado a atuar nos diversos setores da exportação que vinha atuando e ainda não tinha estudos e planejamentos para propor um modelo diferente e que substituísse o da substituição de importações.

Durante a primeira metade da década de 1980, o Banco também passou a destinar a maior parte dos seus recursos para o setor público. Isso está diretamente ligado a crise financeira que impossibilitava as empresas estatais em conseguir recursos externos para suas atuações e assim mantendo-se como alicerce para o crescimento das empresas privadas, como pretendia o segundo PND.

A segunda metade da década de 1980 é marcada por dois planejamentos estratégicos que vão trazer de volta uma linha de atuação definida para o Banco. Em 1983 o Deplan criou um planejamento estratégico que almejava trazer uma independência para a atuação do Banco. A forte crise financeira, fazia com que o governo atuasse de forma emergencial assim como vinha atuando o BNDES, porém a ideia nesse momento era criar uma maior integração entre todas as estâncias do Banco para conseguir manter um planejamento e uma linha de atuação mesmo com a instabilidade política da época.

“O método de planejamento estratégico envolvia a elaboração de “cenários”, cuja função era detectar os movimentos possíveis das variáveis relevantes dos sistemas econômicos, políticos, setorial, energético e social. A partir dos cenários, pretendia-se apresentar um futuro e o caminho para se chegar a ele, indicando a direção na qual os fatos poderiam evoluir”.(COSTA, 2011 p, 23).

Foram criados dois desses “cenários”, mas o escolhido como possível variável real foi o de “retomada” que iria a partir desse momento, servir como base para traçar um planejamento estratégico.

O Planejamento estratégico não fugiu dos princípios do Banco que definiram sua atuação ao longo desses anos. O BNDES mais uma vez era tido como uma instituição fomentadora e desenvolvedora da economia brasileira, assim como também do desenvolvimento social. São cinco os pontos chaves do planejamento estratégico: A fomentação em prol da industrialização nacional como meio de desenvolvimento econômico; BNDES como provedor de mudanças nas diversas áreas, facilitando financiamentos e planejamentos por parte das indústrias; Fortalecimento do empresariado nacional, promovendo assim um crescimento independente; O desenvolvimento nacional deve ser baseado nos recursos internos e o desenvolvimento da tecnologia nacional deve acompanhar o crescimento nos resto do mundo nessa área; O desenvolvimento econômico do país deve aumentar os empregos e assim ir diminuindo as disparidades sociais e a pobreza.

O Plano estratégico tinha a ideia central de trazer de volta do desenvolvimento econômico brasileiro pautado no desenvolvimento da tecnologia e nas industriais nacionais. Segundo Costa( 2011. p, 27):

“Acreditava-se que o aumento das exportações, a recuperação dos salários reais, acompanhando o aumento da produtividade, e o crescimento dos investimentos, considerados bastante importantes no aumento da demanda interna, sustentariam a retomada do crescimento. O aumento dos investimentos e dos gastos sociais também era considerado essencial para a retomada. Isto é, o diagnóstico baseava-se na ideia de que o aumento do consumo interno seria uma variável fundamental na recuperação da economia.”

Apesar desse cenário não ter representado um crescimento positivo para o BNDES, ele ainda é considerado extremamente importante devido a mudança de planejamento dentro da instituição e a integração que ele trouxe.

O Planejamento estratégico do Banco continuou e nessa segunda fase, o “cenário” tomado como precursor da atuação do BNDES foi o de: Integração competitiva. O Plano estratégico tinha como base que o desenvolvimento brasileiro não poderia se basear mais na substituição de importações e também no investimento do setor público como alicerce do crescimento econômico do país.

A segunda fase do Plano pode ser caracterizada pela maior mudança na atuação e nos princípios do Banco até então. A economia mundial passava por uma transição em geral, o modelo protecionista e de desenvolvimento interno dos países subdesenvolvidos não estava sendo suficiente para promover o crescimento e juntamente a isso, crescia a proposta liberalizante “vendida” pelos países desenvolvidos. Não só o BNDES mudou sua linha de atuação e seus preceitos, mas também o governo e a economia tomaram um curso muito diferente do que vinha sendo na década de 80. Aqui, vale destacar, Segundo Costa (2011. p, 34):

“BNDES tornou-se, portanto, um grande divulgador e defensor da abertura e liberalização da economia. O Banco, representado nas figuras de Júlio Mourão, Vellozo Lucas e Márcio Fortes, participou do debate em torno da intervenção do Estado na economia e apresentou uma posição liberalizante. Ideias como a de modernização e enxugamento do Estado, abertura da economia com o objetivo de estimular a competitividade, fim da proteção tecnológica, da reserva de mercado e da diferenciação entre capital nacional e capital estrangeiro, privatizações com o objetivo de melhorar a eficiência e competitividade dos serviços e liberar recursos para outros setores, passaram a ser defendidas e apresentadas pelos representantes do Banco como a solução para os problemas do Brasil. Isto é, o BNDES atuou como um ator fundamental e contribuiu para a consolidação de um ideário que ganhava cada vez mais espaço e que alcançou hegemonia na década de 1990.”

A década de 1990 pode ser representada como uma pausa na condição de

“agente do desenvolvimento econômico e social” do Banco. Durante a liberalização comercial o BNDES atuou de forma menos independente e foi uma ferramenta do governo atuando nas políticas macroeconômicas para a estabilização da taxa de câmbio e da inflação. Sendo assim, está é outra década que o Banco não conseguiu atuar junto aos seus princípios, mas sim de forma a amenizar os problemas econômicos nacionais e tentar manter o crescimento econômico diante da liberalização comercial que marcou esta década. Na década seguinte, o BNDES volta a ter seu papel de atuação junto ao planejamento e desenvolvimento econômico e social graças a eleição do Presidente Lula em 2002.

## **2.1 BNDES E A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA.**

Ao longo do governo Lula, o BNDES foi um grande aliado e uma importante ferramenta para a política externa brasileira. No início do mandato, nota-se uma mudança de posicionamento do governo perante ao Banco e sua atuação, quando através de discursos do MRE (Ministério das Relações Exteriores), BNDES e do próprio presidente destacam a intenção de atuação do Banco junto a agenda de política externa do governo.

O Banco que durante os anos 90 teve um papel diferente do que havia tendo durante toda sua história, poderia novamente atuar de forma a promover o crescimento econômico e social brasileiro. Porém, agora não aconteceria através do forte investimento na industrialização de base, da proteção do mercado interno e a busca por tecnologia de ponta, mas aconteceria através da internacionalização do Banco, dos seus investimentos externos e de seus financiamentos para a integração da América do Sul.

Nesse sentido pode-se dizer que uma série de fatores existiam para possibilitar a internacionalização do BNDES, mas o mais importante deles foi a mudança de ideário do governo, onde o estado deixa de se vincular a ideias totalmente liberais e passa a seguir ideias que tangem mais para o novo-desenvolvimentismo. Porém, o governo do Lula é caracterizado como Estado logístico. Segundo Cervo (2009), que afirma que a conduta logística é de caráter realista. A característica do Estado logístico é passar a

responsabilidade do Estado empresário à sociedade, isto é, de fomentar e dar condições ao empreendimento privado, com o fim de robustecê-los em termos comparativos internacionais. Ou seja, durante o governo Lula, o Estado era considerado logístico e tinha por meio da fomentação e viabilização das condições para as empresas nacionais se expandirem a fim de conseguir se estabelecer no mercado internacional.

O BNDES que é um importante instrumento do governo para possibilitar essa inserção internacional, inicialmente só podia agir com investimentos direto externo que promovessem a exportação brasileira o que de certa forma limitava a atuação do Banco em prol do desenvolvimento social e econômico. Porém depois do decreto 6.322 de 2007, essa limitação na área do BNDES “some”, pois os investimentos agora não precisavam mais promover a exportação brasileira, mas sim promover o crescimento econômico e social da nação. Outros fatores importantes para a internacionalização do Banco foi a retirada de restrições para o uso do Convênios de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), também a parceria com a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o acompanhamento dos trabalhos por parte da Iniciativa para Integração da Infraestrutura da América Latina (IIRSA).

Durante o período analisado, a maior parte dos desembolsos do BNDES em prol das exportações e internacionalização das empresas brasileira ocorre no âmbito das industriais de transformações, comércio e serviços (destaque para engenharia e construção). Esse destaque parte da premissa da agenda de política externa brasileira, que pretendia uma cooperação sul-sul, mas com foco na América do Sul.

Assim,

“A atuação do BNDES na América do Sul, como parte das diretrizes da política regional do governo Lula, contribuiu para a realização dos interesses político-econômicos brasileiros e beneficiou o empresariado nacional através da liberação de crédito subsidiado para as obras de infraestrutura da região. Os esforços do Brasil para consolidar sua presença econômica nos países sul-americanos correspondem a tentativa do país em aumentar sua influência política e poderio econômico sobre a estabilidade

da região enquanto plataforma para projeção internacional brasileira. A decisão do governo Lula de conceder ao Banco o protagonismo na execução da agenda para a América do Sul reforçou a liderança brasileira à frente da IIRSA. O Brasil assumiu o compromisso de financiar decisivamente as obras de infraestrutura regional, já que estas perpassam o território nacional ou auxiliam no escoamento da produção brasileira". (PAZ, G. 2015).

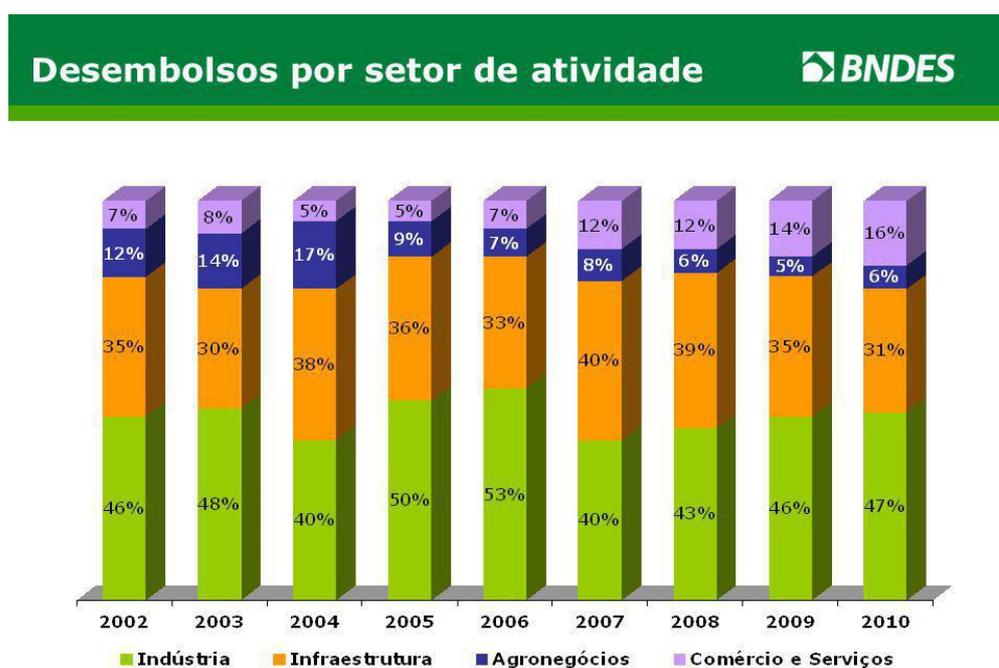
Entende-se então que o período analisado e a internacionalização do BNDES ocorre devido ao alinhamento da política externa do governo com os interesses do Banco, que pautaram através dos investimentos em prol da internacionalização uma busca pelo crescimento do Estado brasileiro, apoiando-se no fortalecimento da região da América do Sul como forma de criar um cenário anti-hegemônico e a expansão empresarial brasileira, podendo assim promover um crescimento econômico e social do país.

## **2.2 BNDES E OS INVESTIMENTOS DURANTE O GOVERNO LULA.**

O BNDES ao longo de sua histórica foi incorporando fonte de recursos para a sua atuação junto ao governo. Segundo dados do BNDES (2009) o Banco conta com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo do Programa de Integração Social – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-PASEP), Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS), patrimônio líquido da instituição, Tesouro Nacional, emissão de debêntures da BNDESpar, fundos públicos de menor porte, como o Fundo da Marinha Mercante e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). O banco também capta recursos no exterior de agências governamentais e instituições multilaterais, tais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Japan Bank for International Cooperation (JBIC), Banco de Desenvolvimento da China, Banco Alemão de Desenvolvimento, fundos de mercado, bônus, empréstimos e repasses no exterior.

Aqui mostrarei um gráfico que mostra as áreas de maior atuação do BNDES com seus financiamentos:

**Gráfico 1** - Participação percentual dos desembolsos do BNDES por setor de atividade (2002-2010)



Fonte: BNDES (2011).

Como podemos notar, o BNDES destina a maior parte de seus recursos para os setores de indústria, onde podemos ressaltar o alto investimento no empresariado nacional para sua internacionalização. Existe também uma tendência de crescimento das operações do BNDES, graças ao novo ciclo de investimento por que passa a economia brasileira desde 2004. Muitos desses investimentos estão concentrados em áreas ligadas à infraestrutura, cujos projetos são de longo prazo e de alto risco, requerendo empréstimos também de longo prazo. Apesar dos financiamentos concedidos pelo BNDES se concentrarem nas grandes empresas, recentemente tem havido uma maior participação da instituição junto às micro,

pequenas e médias empresas, o que também contribui para o crescimento do país, visto que a maior parte dos empregos é gerada por essas empresas (COUTO e TRINTIM 2012).

Ainda Segundo Couto e Trintim (2012) também nos anos 2000, veio à tona uma função pouco conhecida do BNDES (e dos demais bancos públicos), que é sua capacidade de atuar de modo anticíclico no mercado de crédito. O papel anticíclico do BNDES contribuiu para garantir a oferta de recursos para os investimentos produtivos na economia nos períodos de 2002/2003 e 2008/2010, e assim diminuir os efeitos da escassez de recursos durante as fases de forte retração do mercado financeiro. Mesmo com grande participação e sendo fundamental no fomento do crescimento da economia brasileira, o BNDES ainda não consegue atender a todas as necessidades da economia nacional, mas ainda sim proporcionou grandes mudanças e crescimentos no período acima citado.

### **3. INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS COM O FINANCIAMENTO DO BNDES.**

Neste capítulo será estudado o caso específico de três empresas brasileiras e seus respectivos processos de internacionalização através do BNDES. As escolhas dessas três empresas ocorrem devido ao fato delas pertencerem a um grupo de empresas denominadas “campeãs nacionais”.

A política de criação de “campeãs nacionais” ocorre após a crise de 2008 e tinha como objetivo o forte investimento em empresas dos setores de: alimentos, petroquímica, papel e celulose, telecomunicações, infraestrutura e serviços. As três empresas selecionadas representam fortes candidatas em seus setores para a inserção mundial desejada pela política.

#### **3.1 JBS**

Aoun e Verdi (2010) argumentam que o grupo JBS atua no segmento de carnes, fomentando processos no maior grupo de alimentos em âmbito global com um faturamento bilionário. Para os autores, a trajetória de expansão da capacidade produtiva alcançada pela JBS rumo à internacionalização e à globalização advém da aquisição do controle acionário da Swift dos Estados Unidos através de recursos oriundos da abertura de capital da BOVESPA e, sobretudo, da subscrição privada de novas ações pelo BNDES Participações S.A. (BNDESPAR).

Conforme lecionam Campiello e Pesavento (2013) a primeira operação realizada através da participação acionária foi realizada no financiamento para a internacionalização da Friboi, que recebeu US\$ 80 milhões para complementar os US\$ 200 milhões necessários para adquirir 85,3% da empresa argentina Swift Armour S.A. Em 2007, o BNDES adquiriu participação societária de 14% da então batizada JBS-Friboi, com um investimento de R\$ 1,46 bilhão para a compra da companhia americana Swift&Co.

Já Macedo e Lima (2012) apontam que a JBS é internacionalizada em sua essência, investindo valores significativos na aquisição de países de todos os continentes (sobretudo Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Austrália e Estados Unidos, além de alguns países europeus), considerando que alguns desses países foram utilizados como plataforma para os grandes mercados, enquanto países como os Estados Unidos e a Austrália tiveram uma atuação da JBS pautada pelo mercado interno:

Esta inovação no modelo de financiamento dos investimentos nesta indústria está baseado numa nova estrutura de capital, que inclui captações de novos recursos financeiros através das emissões de títulos de dívidas e ações. Estas inovações financeiras reconfiguraram a estrutura de poder destes frigoríficos, antes centralizado nas famílias fundadoras, agora admitindo a entrada de novos sócios, inclusive estrangeiros, além do governo federal, que por meio do BNDES, injetou um grande volume de recursos financeiros, comprando participação societária e títulos de dívida, tornando-se o principal sócio e credor das famílias controladoras dos dois maiores frigoríficos brasileiros, JBS e Marfrig (MACEDO; LIMA: 2012, p. 1).

Siqueira (2016) aponta que a internacionalização das empresas brasileiras se intensificou na segunda metade da década de 2000, quando o fluxo de IED brasileiro chegou a representar quase 3% do Produto Interno Bruto do país. A autora destaca as principais condições que contribuíram para a maior internacionalização das empresas brasileiras do segmento de carnes. A saber:

- ✓ Consolidação do acirramento da competitividade de empresas brasileiras devido ao processo de abertura da economia mundial e a maior estabilidade econômica advinda do Plano Real na década de 1990;

- ✓ A elevação no crescimento da economia global nos primeiros anos do século XXI;
- ✓ A maior participação do governo federal no financiamento da internacionalização de tais empresas, seja diretamente através de estatais ou indiretamente através do financiamento subsidiado através do BNDES;

De tal forma, entende-se que o financiamento do governo federal para as empresas do segmento de carnes, como é o caso da JBS, contribuiu de maneira significativa para que a empresa pudesse desenvolver de maneira célere seu processo de internacionalização.

Macedo e Lima (2012) contemplam que o BNDES foi um dos principais elementos responsáveis pelo alavanche da captação de recursos financeiros no mercado de capitais brasileiro e no exterior. Os investimentos estratégicos financiados através de tais recursos desequilibraram a competição entre um grupo estratégico composto além da JBS pelas empresas Marfrig e Minerva, reestruturando o poder nas relações entre os agentes produtivos de tal indústria:

“Os principais efeitos destas mudanças foram a maior concentração no setor, o surgimento de novos conglomerados nacionais, a maior competitividade da carne brasileira no mercado mundial e a integração vertical dos grandes frigoríficos. Esta indústria apresenta características que indicam o surgimento de um oligopólio mundial, no qual, os grandes grupos de frigoríficos brasileiros aparecem entre os principais competidores globais (MACEDO; LIMA: 2012, p. 14).”

Para Aoun e Verdi (2010) A JBS deu início ao seu processo de expansão e internacionalização através dos investimentos realizados na Argentina, diante da similaridade cultural e do nível de desenvolvimento econômico entre o país e o Brasil. Tal internacionalização representou uma busca por recursos naturais, bem como a ampliação de mercado, conquistando marcas localmente consagradas. A internacionalização da JBS, entretanto, não seria possível sem que fossem reunidos alguns fatores direcionados para tal processo, como a ampliação de

mercado e os investimentos industriais e comerciais com recursos oriundos de políticas públicas do BNDES e de unidades de produção brasileiras.

O relatório do BNDES (2014) aponta que a entrada da BNDESPAR no capital da JBS ocorreu no ano de 2007, estando associada a novas oportunidades de internacionalização, diversão proteica (suínos, ovinos e frangos), bem como para produtos correlatos ao mercado de atuação (couro, laticínios, sabonetes, dentre outros) e integração para frente (processados e pratos prontos). A participação do BNDES na JBS, de tal forma, advém justamente do potencial da empresa no desenvolvimento de sua internacionalização:

“A BNDESPAR entra no capital da JBS pouco após seu IPO. Em jul/07, a partir da oportunidade de compra da Swift EUA e da Swift Austrália, a BNDESPAR aporta R\$ 1,1 bilhão na empresa, participando com 61% do aumento de capital e ficando com 13% do capital da empresa. A compra nos Estados Unidos, que sofria de problemas de eficiência operacional, permitia, além de acesso a um novo mercado e início de atuação com suínos, financiamento com menores taxas. Esse investimento é seguido por outros dois nos anos seguintes que permitiriam a aquisição de mais três empresas nos EUA (Smithfield Beef, Five Rivers e Pilgrim’s) e a fusão com o Bertim, segundo maior frigorífico nacional. Após essas aquisições, a JBS se tornou a maior empresa de carnes no mundo com um faturamento de R\$ 55 bilhões e um abate de 90,4 mil cabeças de gado por dia, 8% da produção mundial em 2010 (BNDES, 2014, p. 8).”

Aoun e Verdi (2010) ainda destacam em seu estudo que os impactos da participação do BNDES no processo de internacionalização foram evidenciados de maneira célere. Conforme exposto no relatório do BNDES (2014) entre o ano de 2007 e o ano de 2014, houve fortalecimento do capital socioambiental e de relacionamento da empresa a partir das seguintes exigências da BNDESPAR:

- ✓ Formação de um cadastro após a exclusão de fornecedores de matéria-prima com condenação judicial por práticas de trabalho escravo, desmatamento ilegal, ocupação ilegal de terras e interferência em terras indígenas;

- ✓ Implementação do sistema de rastreabilidade dos produtos produzidos desde a primeira fase do processo produtivo;
- ✓ Plano de incentivo a apoio ao atendimento do Código Florestal de maneira irrestrita por parte dos fornecedores da JBS;
- ✓ Instituição do plano eficiência no campo, buscando o aumento no número de cabeças por hectare;
- ✓ Implementação de certificações socioambientais e gestão ambiental;
- ✓ Estabelecimento de metas definidas visando o consumo racional e adequado da água;
- ✓ Estabelecimento de valores mínimos destinados para investimentos ambientais por parte da JBS;

Essas foram algumas das exigências do BNDES para a participação na JBS, buscando aumentar a responsabilidade socioambiental da companhia, encaminhando-a para a rota de internacionalização, dado que a sustentabilidade corporativa é um dos mais estimados aspectos para a participação em diferentes nichos de mercado em âmbito global.

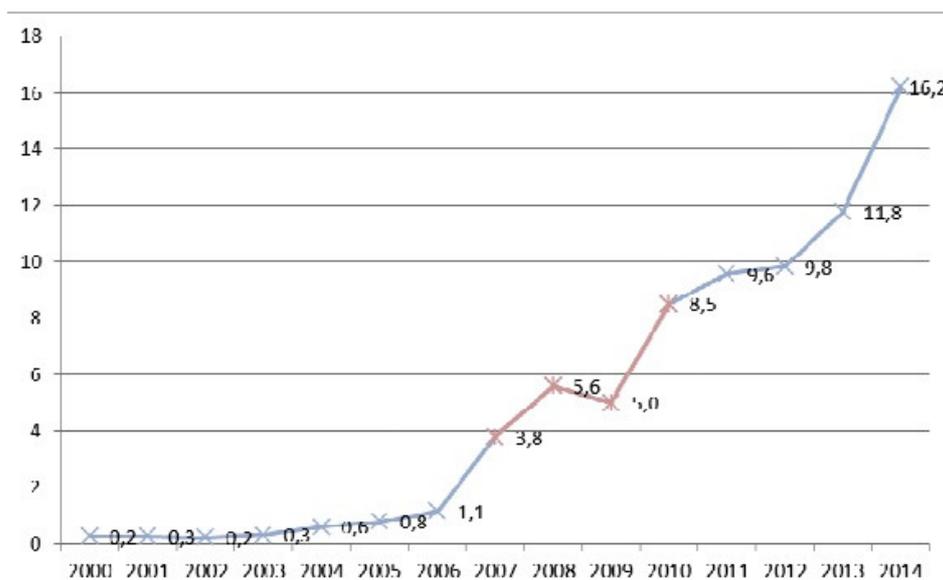
Conforme enuncia Siqueira (2016) especificamente no setor da pecuária bovina o crédito subsidiado para o agronegócio no BNDES só passou a ser mais relevante nos anos 1990, quando a atividade relacionada ao setor passou a incorporar modernizações tecnológicas, contando com o desenvolvimento das técnicas de plantio e pasto, as melhorias genéticas e as técnicas de manejo com a introdução da criação do novilho precoce. Dentro do programa de crédito rural são conhecidos os limites de financiamento do BNDES.

Ainda de acordo com a autora supramencionada, a atuação do BNDES nos últimos anos fora pautada pela reestruturação, modernização e pela internacionalização de grandes frigoríficos (JBS, Marfrig, Independência e Bertin), sendo que entre os anos de 2005 e 2014 o BNDES investiu através de sua subsidiária BNDESPAR cerca de R\$ 11 bilhões na participação acionária das principais frigoríficas brasileiras. Tais desembolsos focaram sobretudo nas operações de internacionalização de tais empresas.

Assim, a capacidade de internacionalização da JBS fomentada a partir de meados da década de 2000 fora um dos grandes fatores considerados pelo BNDES ao cogitar a participação acionária na organização, distribuindo recursos oriundos de sua subsidiária para impactar positivamente no processo de internacionalização da JBS. É importante ressaltar que na atualidade, o BNDES dispõe de duas modalidades de financiamento que visam a internacionalização: a capitalização das organizações através da compra de ações fazendo uso da BNDESPAR e o financiamento com cláusulas de desempenho que contemplem o compartilhamento dos ganhos (com base na lucratividade das empresas) com o BNDES, sendo a capitalização das empresas a principal modalidade de financiamento utilizada pelo banco.

Segundo o BNDES (2014) a JBS é o mais notório exemplo de sucesso no processo de internacionalização fomentado pelo banco. O gráfico abaixo, disposto no relatório do BNDES de 2014 dispõe das exportações da JBS para o exterior desde 2000, passando por 2007 até o referido ano:

**Gráfico2** - Lucros com exportações (em bilhões de dólares), elaborado a partir dos relatórios da JBS.



Fonte: BNDES, 2014.

Conforme observado no gráfico supra referenciado, o processo de internacionalização da JBS após a instituição dos processos de aquisição

financiados juntamente com o BNDES em 2007 fomentou um crescimento avassalador nas operações de exportações da empresa. Assim, a empresa posicionou-se em condição favorável, estruturando-se internacionalmente como uma das principais empresas do setor em todo o mundo.

De acordo com Wilkinson (2014) o apoio do BNDES através da BNDESPAR contribuiu de maneira significativa para o processo de internacionalização da JBS, concedendo suporte para estratégias de crescimento variadas que não eram estabelecidas tão somente na estrutura de capital da JBS e na sua governança, mas também nas demais competências, como a inovação e o compromisso socioambiental.

Ainda de acordo com o autor supramencionado, uma vez que o capital financeiro foi a principal competência desenvolvida a partir do apoio do BNDES/BNDESPAR, fomentando a internacionalização da JBS devido ao montante de recursos e o prazo de maturidade dos investimentos, o que na época fora concebida como uma aposta muito arriscada por parte do Banco Nacional.

O suporte financeiro concedido pela instituição, entretanto, permitiu que fossem traçadas estratégias de internacionalização e diversificação da empresa no contexto de crise enfrentado pelas concorrentes da JBS na época em âmbito nacional e internacional, visto que no Brasil e no mundo os frigoríficos entravaram recorrentemente com recuperações judiciais, o que alavancou as posteriores captações no mercado, respondendo por mais de 80% dos recursos levantados no período 2007-2014 (BNDES, 2014).

Macedo (2011) aponta que o processo de internacionalização e o crescimento exponencial da JBS passa justamente pela questão envolvendo o financiamento e a proteção do BNDES. De fato, através da BNDESPAR, o Banco investiu de maneira maciça na JBS, possibilitando um aumento considerável da empresa, sobretudo no tocante às exportações.

Nesse sentido:

“As novas estruturas de governança corporativa, agora com a participação de sócios estrangeiros, além do BNDES, alavancaram a captação de mais recursos financeiros por meio de instrumentos do mercado de capitais no Brasil e no exterior. Os investimentos estratégicos financiados por estes

recursos foram essenciais ao desenvolvimento de vantagens competitivas que desequilibraram a competição entre o grupo estratégico (JBS, Marfrig e Minerva) e os outros frigoríficos de carne bovina que concorrem no Brasil e no resto do mundo (LIMA; MACEDO: 2013, p. 14)".

Assim, verifica-se que a arriscada empreitada do BNDES em explorar as competências da JBS rumo à internacionalização fora bem-sucedida. Tal aproximação possibilitou que a empresa alavancasse seu crescimento em um período de tempo extremamente curto, multiplicando inclusive seu lucro com exportações em dezesseis vezes.

De tal modo, contempla-se que os investimentos engajados pela BNDESPAR na JBS foram essenciais para o seu crescimento acelerado no século XXI, sobretudo na participação da empresa no âmbito internacional enquanto o setor de atuação passava por um grave momento de crise. Conclui-se, então, que a participação e o financiamento do BNDES direcionado para a JBS foi fundamental no processo de modernização, internacionalização e crescimento da empresa.

### **3.2 FIBRIA**

A Fibria é uma Sociedade Anônima fundada em 2009, a partir da Fusão da Aracruz e da Votorantim Celulose e Papel, sendo uma empresa de capital aberto considerada líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. Matos, Viana e Oliveira (2009) apontam que o estudo específico acerca da internacionalização da Fibria e os fundamentos e investimentos que elevaram o papel desempenhado pela empresa em âmbito nacional e internacional contribui para o pleno entendimento de tais fenômenos.

De acordo com Lenz (2009) o governo federal desempenha um papel fundamental no âmbito da internacionalização das corporações nacionais, sobretudo diante do investimento de recursos oriundos do BNDES e dos mecanismos criados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento para fomentar a internacionalização das empresas nacionais.

Santos (2015) estudou a Fibria e outras corporações nacionais a partir da ótica das políticas públicas que visam a internacionalização das mesmas. Para o autor, empresas como a Fibria (ou seja, aquelas que emergiram de fusões e aquisições domésticas) costumam contar com o respaldo financeiro do BNDES, que exerceu para a empresa um papel indispensável para a internacionalização da mesma, possuindo assim importante parcela na estrutura societária da corporação.

De acordo com Garcia (2011) o direcionamento de recursos públicos tem foco na concentração de certos setores da economia brasileira e não em uma distribuição, o que justifica a opção do BNDES por empresas oriundas de fusões e aquisições decorrentes da crise econômica mundial iniciada em 2008. Foram destinados R\$ 2,4 bilhões do BNDES para que a Votorantim Celulose pudesse adquirir a Aracruz Celulose, resultando em uma das principais produtoras de celulose: A Fibria. Esse é considerado um dos principais financiamentos realizados pelo BNDES em toda a sua história.

Conforme apontado, o BNDES exerceu um papel fundamental para que a Votorantim pudesse adquirir a Aracruz, explorando o momento econômico para assumir um importante papel no setor de celulose, sendo assim o financiamento do BNDES indispensável para a internacionalização da Fibria em caráter geral.

Caseiro (2013) fundamenta que através da participação acionária, o BNDES lucra com dividendos, aumentando a influência sobre o processo decisório estratégico das empresas. O autor apontou em seu estudo que o BNDES tem assento no conselho de administração de diversas empresas transnacionais brasileiras, embora em tese o mesmo não exerça nenhuma decisão gerencial. Entretanto, isso não ocorre com a Fibria, uma das maiores produtoras de celulose branqueada de eucalipto do mundo em face da alta participação acionária da BNDESPAR (30%), de modo que a empresa está coligada à BNDESPAR, tendo poder de decisão em sua estratégia de investimento.

Ainda segundo o autor supramencionado, o papel desempenhado pelo BNDES no âmbito da internacionalização de empresas brasileiras é um reflexo do ativismo recente do Estado e no interesse ainda recente de explorar as possibilidades advindas da internacionalização. Em seu estudo, o autor aponta que o BNDES exerceu um papel indispensável na expansão de determinadas empresas

com o financiamento público, não sendo um fator auxiliar, mas sim um fator que influenciou indiretamente nos processos de expansão externa, financiando a ampliação da capacidade produtiva e a concentração de mercado no ambiente doméstico, possibilitando ganhos de escala e contribuindo para o emprego de outras fontes de receita na internacionalização.

Gramasco (2016) aponta que na atualidade, o número de empresas internacionalizadas que atuam no exterior tendo a BNDESPAR como acionista é bastante expressivo. A Fibria é um dos mais claros exemplos nesse sentido, tendo participação acionária de 30,42% da BNDESPAR, ficando à frente tão somente da CEG (34,56%) e na frente de outras empresas como a JBS (17,32%), a Eletrobrás (18,50%), dentre outras. Para o autor, tais financiamentos realizados pelo BNDES com sua subsidiária BNDESPAR não privilegiam um setor mais do que o outro e nem distinguem as obras realizadas para um único país, mas tornam explícita a atuação do BNDES como um agente facilitador que facilita o empreendimento como um todo e parcialmente, na medida de sua participação acionária, superior aos 30% no caso da Fibria.

Entretanto, o relatório disposto pela Fibria (2017) contempla que o BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) detém 29,08 % das suas ações. No mês de fevereiro de 2017, fora liberado o montante de R\$ 85.378,00 do total de R\$ 2.347.524,00 obtido juntamente ao BNDES por meio de sua subsidiária Fibria-MS. O BNDES estabeleceu prazos e participa ativamente da corporação nacional, sendo indispensável para o seu processo de internacionalização. Tal relacionamento ainda é evidenciado nos relatórios atuais da empresa, bem como impacta nos resultados alcançados.

Cardoso (2014) aponta que a Fibria desempenha um papel fundamental no âmbito internacional do setor de produção de celulose, sendo indispensável refletir acerca da análise de investimentos para seu processo de internacionalização. O autor enfatiza que o BNDES e suas exigências foram fundamentais para o desenvolvimento recente da empresa em questão, sobretudo diante da aplicação de recursos financeiros por intermédio de sua subsidiária.

Fontes e Ribeiro (2017), entretanto, destacam que apesar da participação de 29,08% do BNDES na Fibria, tal participação não é irrestrita. Para

exemplificar, os autores apontam que a Fibria tentara sensibilizar o BNDES sobre as desvantagens da entrada dos chilenos na produção brasileira de celulose, buscando incluir o banco em uma possível operação de compra. O BNDES, entretanto, declarou estar conflitado e não se envolveu nas negociações.

Esse é um ponto importante para análise da internacionalização da Fibria, seu desenvolvimento econômico e a participação do BNDES nesse processo. Embora o BNDES tenha sido um importante agente no processo de internacionalização da Fibria, o banco é um dos maiores credores da companhia de Celulose de Eldorado, localizada no município de Três Lagoas (também no MS). Para a Fíbria, no patamar que a mesma se encontra atualmente, não é interessante ter um forte concorrente ao investidor de longo prazo no mesmo território. Mais de 40% dos recursos financeiros advindos de empréstimos e financiamentos para a Eldorado são fruto do BNDES. O caminho vislumbrado pela Fibria, para manter seu patamar no seu nicho de mercado é a aquisição da companhia. Entretanto, tal processo é amplamente dificultado diante de uma negativa do BNDES.

Assim, embora o BNDES tenha exercido ampla influência e participação direta (inclusive em decisões gerenciais acerca de investimentos) no processo de internacionalização da Fibria, o banco estatal passa a dar maior enfoque para os seus interesses, como é natural, evitando entrar em conflito com outras organizações das quais o mesmo é credor e que também contam com amplo potencial de internacionalização.

Segundo o BNDES (2014) não há interesse do banco estatal, via de regra, na participação direta nas decisões das empresas. Cardoso (2014), entretanto, ressalta que a Fibria é uma das empresas que mais sofrem influência do BNDES, sobretudo tratando-se da distribuição de recursos financeiros e na distribuição dos investimentos realizados pela corporação. A influência do BNDES é tamanha que mesmo a negativa ou o desinteresse do banco estatal para uma operação almejada pela Fibria acaba impactando nas decisões estratégicas adotadas pelas empresas.

Fontes e Ribeiro (2017) destacam nesse sentido que quando a Fibria não pode contar diretamente com o aporte financeiro do BNDES para operações específicas como ocorreu no caso Eldorado, a mesma precisa vislumbrar novas

possibilidades para que não perca sua imensa fatia de participação no mercado internacional.

Nesse sentido:

“(...) torna-se cada vez mais claro, neste século, um maior entrelaçamento entre Estado e empresariado nacional na promoção de IED, que, na América Latina, é propagado sob a roupagem de maior integração regional, com investimentos em infraestrutura e empréstimos do BNDES (SANTOS, 2015, p. 14).”

Ainda de acordo com Santos (2015) é através do BNDES que o governo passa a integrar o segmento de atuação que seria teoricamente privado, não tão somente com empresas como a Fibria, mas também em uma série de outras corporações nacionais de diferentes mercados e nichos de atuação empresarial. Para o autor, a Fibria é um dos exemplos de integração entre o Estado (através do BNDES) e o segmento privado, sendo os recursos angariados por tal empresa indispensáveis para o desenvolvimento e o crescimento da mesma.

Para aprofundar tal questão, destaca-se que o BNDES introduziu o Primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose, o qual financiou 55,2% do valor da construção da primeira fábrica de celulose branqueada da Aracruz outrora, sendo hoje a Fibria (CASEIRO, 2014). Ora, a atuação do BNDES juntamente à Fibria diz respeito ao potencial de exploração e desenvolvimento da mesma, desde que a mesma atuava sob o nome de Aracruz.

Sem o financiamento do BNDES, a Fibria certamente não ocuparia o patamar que ocupa no mercado da celulose atualmente. A internacionalização da Fibria advém sobretudo de sua capacidade de mobilizar o BNDES no âmbito da angariação de recursos e, a partir do mútuo interesse entre o BNDES e a corporação, exercer uma maior participação no âmbito das exportações.

A Fibria possui atualmente uma capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose, nas suas fábricas localizadas no Mato Grosso do Sul, São Paulo e na Bahia. A operação da empresa atende aos critérios sustentáveis

do BNDES (operação integralmente baseada em plantios florestais renováveis), de modo que é fomentado um relacionamento de longa data, com prazos de financiamento e pagamento que estimulam a continuidade da parceria (FIBRIA, 2017).

É sobre essa ótica que o BNDES atuou e continua atuando como um importante agente para o desenvolvimento da Fibria. O fato do BNDES possuir uma parcela infimamente menor do que a que fora adquirida anteriormente (com uma queda um pouco superior aos 1%) não diminui a importância do banco estatal em frente ao processo decisório tomado pela Fibria: De fato, ao contrário do que faz com outras empresas, na Fibria e na JBS o BNDES desempenha uma maior influência, sobretudo norteando a continuidade da internacionalização de tais empresas.

Assim, o BNDES atuou como uma espécie de parceiro corporativo da Fibria, sendo a segunda empresa da qual o banco estatal detém uma maior participação/parcela. Esse fato ilustra tanto a importância do BNDES para a Fibria, como da Fibria para o próprio BNDES.

Assim:

“Finalmente, um último elemento importante está relacionado à política de apoio promovida pelo governo brasileiro ao processo de internacionalização. A questão das políticas de apoio à internacionalização se tornou explícita na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em 2007, em especial nos programas voltados para expandir a liderança internacional, como nos setores de mineração, petróleo e petroquímica, celulose e papel, e carnes. Do ponto de vista operacional, porém, o principal instrumento foram as operações de empréstimo e de capitalização realizadas pelo BNDES (HIRATUKA; SARTI: 2011, p. p. 38).”

Desde 2007, o BNDES passou a fazer uso da BNDESPAR como um instrumento que buscou fomentar a internacionalização das corporações nacionais, em diversas empresas dos mais diversos setores. A questão levantada anteriormente por Fontes e Ribeiro (2017), entretanto, não diz respeito a uma suposta exclusividade do banco estatal em face da Fibria. No segmento de carnes,

por exemplo, o BNDES abarca diversas outras empresas com as quais buscou dar início e consistência ao processo de internacionalização.

Esse fato propõe a necessidade de repensar toda a estrutura da Fibria e de outras empresas nas quais o BNDES participa mais ativamente (como a JBS, conforme apresentado anteriormente), com base em objetivos e metas estratégicas:

“(...) a intensificação do processo de internacionalização produtiva em um período de fortalecimento do mercado doméstico aponta mudança importante nas estratégias e motivações das empresas nacionais. O fortalecimento e a consolidação de multinacionais brasileiras, sobretudo nos setores tradicionais de commodities (petróleo e petroquímica, mineração, siderurgia, papel e celulose, e alimentos) e serviços (engenharia e construção civil) reduzem o caráter defensivo das estratégias de internacionalização. O objetivo estratégico tem sido ampliar o espaço de acumulação de capital e reforçar a capacidade competitiva por meio da exploração de vantagens de propriedade acumuladas, inclusive financeiras (HIRATUKA; SARTI: 2011, p. p. 50).”

Assim, bem como o BNDES desempenhou um importante papel no processo de internacionalização e desenvolvimento da Fibria como um todo, contribuindo de maneira significativa para que a empresa desempenhasse suas atividades em âmbito internacional. O fomento do BNDES através do investimento, entretanto, não se concentra tão somente nas possibilidades de investimento com enfoque na atuação internacional da Fibria. De fato, O BNDES contribuiu de maneira significativa para que a Fibria desempenhasse um papel de destaque em âmbito nacional, tendo participação direta inclusive na construção de fábricas e na otimização de processos comuns à atuação da empresa.

Embora a Fibria ocupe um papel de destaque no cenário nacional e sendo uma líder mundial de atuação no setor da celulose, sua atuação ainda está amplamente vinculada à ação estatal e disposição de recursos e influência do BNDES.

### 3.3 ODEBRECHT

As empresas brasileiras que atuam no mercado da construção sempre buscaram uma relação de aproximação com as políticas públicas de investimento e sobre o financiamento advindo do BNDES, sobretudo buscando o fomento ao processo de internacionalização das mesmas e para a realização de suas atividades empresariais no exterior.

Essa relação, embora tenha sido bastante evidenciada na atualidade diante dos casos envolvendo a corrupção (Casos Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez), deve ser analisada sob a ótica da realização dos investimentos e de sua importância para o constante desenvolvimento das empresas, deixando de lado os aspectos políticos e concentrando-se nos aspectos financeiros, organizacionais e estruturais.

A Odebrecht é um grupo com ampla atuação internacional nos últimos anos, sendo de origem brasileira e exercendo suas atividades de maneira internacionalizada em mais de 24 países, atuando nos setores de Engenharia, Construção, Indústria, Imobiliário, Infraestrutura e Energia.

Segundo Goes (2017), entre os anos de 2002 a 2016 o BNDES financiou a exportação de obras no exterior e apoiou a internacionalização de um grupo de catorze empresas brasileiras no setor de comércio e serviços, dispondo para tal fim de um capital financeiro de superior aos US\$ 14 bilhões. Desse total, a Odebrecht concentra aproximadamente US\$ 9 bilhões, tendo seu financiamento concentrado por parte do BNDES juntamente com a Andrade Gutierrez, com participação de US\$ 2,8 bilhões.

A magnitude dos financiamentos realizados pelo BNDES sobretudo com a empresa Odebrecht faz com que tal fenômeno tenha que ser analisado com base nos preceitos da internacionalização e no desenvolvimento acelerado da corporação nos últimos anos. Deixa-se de lado, para que tal análise possa ser proveitosa, os aspectos mais polêmicos e relacionados com os casos envolvendo corrupção.

A internacionalização da Odebrecht, entretanto, não é um tópico de discussão apenas recentemente. Odebrecht (2008) aponta que durante o milagre brasileiro experimentado pelo país na década de 1970 era almejado o processo de

internacionalização da organização, entretanto, os diretores da companhia diagnosticaram que tal crescimento para o exterior não seria sustentável na época, concentrando-se na expansão interna e deixando a internacionalização como um processo a ser trabalhado futuramente, ainda que a empresa já estivesse plenamente consolidada em âmbito nacional.

Segundo Rêgo (2015) a Odebrecht percebeu o potencial estratégico de países como a Angola, buscando uma estrutura de funcionamento para seu processo de internacionalização mais contundente através do financiamento por parte do governo brasileiro. Na década de 1990, entretanto, a Odebrecht atuou na Europa e também foi a primeira empresa brasileira a vencer uma licitação nos Estados Unidos, em grande parte devido ao potencial de crescimento e reconhecimento no mercado internacional, mas também pelo aporte financeiro e pelo potencial de retribuição dos recursos investidos por parte do governo federal.

Já Vasconcellos (2015) concentrou os esforços em seu estudo para analisar as questões envolvendo o BNDES e a internacionalização de empresas de engenharia e construção em todo o continente. A autora, entretanto, dá grande enfoque ao caso Odebrecht, visto que em 2009 a empresa fora considerada a empresa mais internacionalizada do Brasil pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet) e que em 2013 fora considerada pelo décimo sétimo ano consecutivo a primeira colocada no ranking da engenharia brasileira da revista 'O Empreiteiro'.

Nesse sentido, a autora supramencionada destaca a magnitude da relação entre a Odebrecht e o BNDES no âmbito de sua internacionalização recente:

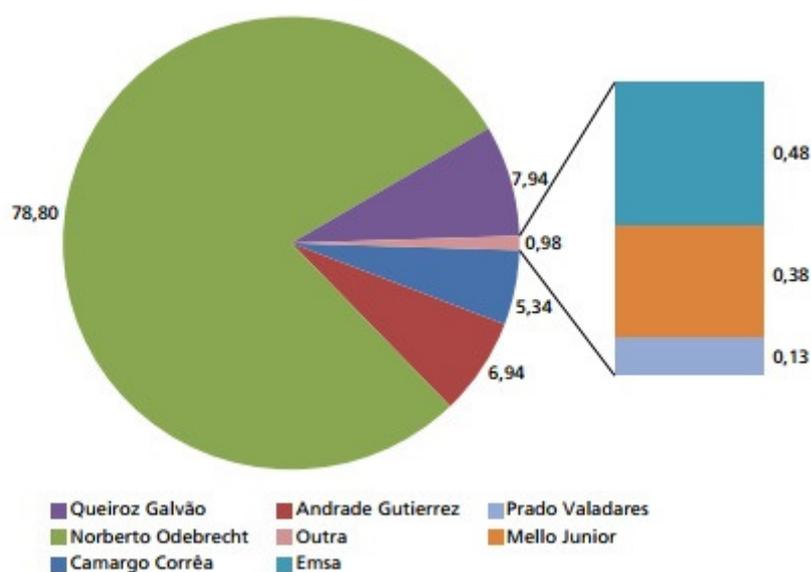
“Nota-se que são poucas as empresas beneficiadas pelos desembolsos do BNDES na modalidade pós-embarque. Entre 2009 a 2012, o número de empresas beneficiadas varia de 17 a 40. A Odebrecht e a Embraer figuram em todos os anos como as que recebem os maiores valores de desembolsos. No geral, as construtoras estão nas primeiras posições quanto aos maiores valores de desembolso em todos os anos da amostra. As construtoras brasileiras unidas à Embraer são as destinatárias da maior parte dos desembolsos realizados pelo banco. Em 2013, o valor desembolsado a estas empresas, ou seja, 5 construtoras mais a Embraer,

totalizando 6 empresas, corresponde a aproximadamente 95,7% do valor total desembolsado para as 36 empresas beneficiadas naquele ano. Em 2012, aproximadamente 54,4% do valor total que foi destinado as 40 empresas, foi destinado a Odebrecht (VASCONCELLOS, 2015, p. 164).”

Ora, ainda que o BNDES distribuísse recursos financeiros para uma grande quantidade de empresas brasileiras, a Odebrecht ocupava um papel de destaque nesse sentido. Odebrecht (2008) ressalta que a aproximação da empresa com o governo e com suas políticas de incentivo à internacionalização sempre fora um ponto amplamente considerado pela empresa, de modo que as articulações entre o Estado e a Odebrecht sempre foram uma constante, sobretudo considerando-se o aporte financeiro do BNDES.

O gráfico abaixo ilustra tal importância, contemplando o financiamento do BNDES para Angola entre os anos de 2002 e 2016, levando em consideração a porcentagem destinada para cada construtora:

**Gráfico 3 - Financiamento das Empreiteiras pelo BNDES para Angola (2002-2006).**



Fonte: GOES, 2017

Ora, a Odebrecht fez uso do BNDES de maneira bastante abrasiva, de modo que a maior parte dos recursos destinados para as empresas de construção e engenharia eram transferidos justamente para a organização. Vasconcellos (2015) ressalta que os financiamentos realizados juntamente com o BNDES passaram a ser cada vez mais importantes para a Odebrecht e o retorno dado pela organização para o governo federal era gigantesco, de modo que o favorecimento da Odebrecht em face das demais empresas internacionalizadas que atuavam no mesmo nicho de mercado era tido como um processo natural.

De tal forma, entende-se que o BNDES exerceu uma importante influência no processo de internacionalização da Odebrecht, bem como no seu desenvolvimento como um todo. Para Goes (2017) o financiamento do BNDES para obras e serviços no exterior, embora fosse direcionado para catorze grandes empresas brasileiras com atuação em grandes países, era mais concentrado na Odebrecht, que liderou a participação no financiamento. O território, segundo a autora, sempre fora utilizado pela empresa buscando direcionar para obras e serviços de infraestrutura os recursos advindos do financiamento do BNDES, para potencializar sua lucratividade a partir da distribuição massiva de recursos financeiros.

Já para Vasconcellos (2015) um grande problema fora evidenciado no âmbito da influência do banco estatal para a Odebrecht justamente devido ao fato da movimentação de financiamentos com valores elevadíssimos destinados para a empresa. A influência do BNDS na Odebrecht, segundo a autor, permeava até então a atuação da construtora. Para a autora, é necessário repensar a influência das instituições nas empresas brasileiras que contam com atuação no exterior, justamente devido aos benefícios sociais trazidos pela exportação de tais serviços.

Odebrecht (2008), entretanto, aponta que o BNDES exercia influência na organização, entretanto, a empresa privada contava com autonomia necessária para a execução de atividades. Para o diretor da Odebrecht, a influência estatal não deveria ser concebida como uma prerrogativa que impacta negativamente no exercício de atividades das organizações, uma vez que as empresas necessitam dos recursos oriundos do governo federal para que perpetuem no seu processo de internacionalização.

Não há, de tal forma, um consenso absoluto acerca da influência do BNDES dentro da Odebrecht. Vasconcellos (2015) ressalta que a influência das instituições destinadas ao financiamento dos processos de internacionalização das construtoras é um tópico bastante nebuloso, justamente pelo fato de não haver a transparência necessária para que estudos mais aprofundados sejam realizados nesse sentido.

Diante dessa prerrogativa, se busca enfatizar a importância do BNDES para a consolidação da Odebrecht no âmbito internacional e na consolidação do seu processo de internacionalização. Rêgo (2015) contempla que sem o aporte financeiro amplamente concedido à Odebrecht por parte do BNDES, a mesma jamais poderia se consolidar e concorrer em âmbito internacional, de modo que sua internacionalização está intimamente atrelada aos financiamentos advindos do banco estatal.

Kraychete (2016) aponta que os recursos advindos do BNDES possibilitaram que a Internacionalização da Odebrecht se perpetuasse por décadas. Na Angola, por exemplo, a empresa atua desde 1984, sendo que no ano de 2012 contava com 28 projetos em execução. Ademais, segundo a autora, o financiamento do BNDES possibilitou a ampla continuidade dos projetos e atividades da Odebrecht em âmbito internacional na Argentina (desde 1987), no Peru (desde 1993), na Venezuela (desde 1992), no Equador (desde 1987) e em vários outros países, englobando inclusive países de primeiro mundo, como os Estados Unidos e determinados países europeus.

Rêgo (2015) atribui ao financiamento do BNDES o grande sucesso da Odebrecht em seu processo de internacionalização, mas destaca a importância do emprego do esforço nas práticas de gestão da organização para que a mesma alcançasse o patamar no qual a mesma encontrava-se até então. De nada adiantaria contar com o aporte financeiro advindo do BNDES sem que a empresa mobilizasse recursos próprios e os distribuísse de maneira adequada, inclusive mensurando a importância do banco estatal nesse processo.

Nesse sentido, tem-se que:

“(...) de acordo com os dados disponibilizados pelo BNDES, a Construtora Norberto Odebrecht é a empresa com maior número de contratos e volume

de operações no período, totalizando, aproximadamente, 61,5% do valor do total das operações realizadas. Detém a totalidade dos contratos no Equador, destinados à construção da Hidroelétrica de Mandurian e o projeto de Irrigação Transvase Daule Vincas. Na Venezuela, com três contratos para obras de mobilidade urbana – construção de linhas do metrô de Caracas e Los Teques – detém 33,0% do valor dos contratos celebrados para realização de obras naquele país. É na Argentina que participação dessa construtora, no valor total, atinge maior percentual, representando 88,0%, em obras voltadas para distribuição e tratamento de água e distribuição de gás (KRAYCHETE, 2016, p. 131).”

Assim, tendo no BNDES um dos seus principais canais para usufruir de incentivos do governo federal em seu processo de internacionalização, a Odebrecht passou a ser considerada uma das maiores organizações de seu ramo em todo o mundo, sendo considerada a principal empresa brasileira com atuação internacional.

Vasconcellos (2015), entretanto, ainda que considerasse os financiamentos do BNDES indispensáveis para a maturação do processo de internacionalização da Odebrecht, apontava que não era possível ser preciso estimar a eficácia e a eficiência de tais financiamentos, justamente pela falta de transparência nesse sentido.

Guimarães (2015) ressalta que a conexão entre o BNDES e a Odebrecht é fruto do atrelamento entre os interesses do empresariado nacional com o governo. Os investimentos do BNDES são voltados à integração física regional, sendo também concedidos às empresas nacionais com o intuito de facilitar a inserção e permanência de tais empresas em mercados vizinhos e no mercado internacional como um todo. Para o autor, a Odebrecht é um dos exemplos que consolidara o Brasil como um país que tinha o intuito de promover o desenvolvimento de certos setores da economia nacional no âmbito internacional. Para isso foram criadas linhas específicas para diferentes setores.

Kraychete (2016) no mesmo sentido aponta que o BNDES fomentou por décadas o processo de internacionalização da Odebrecht, bem como contribuiu para a sua consolidação em âmbito nacional. Assim, a empresa tornou-se uma referência do que na época era considerado o melhor exemplo da necessidade de abertura de

mercados internacionais e da iminente necessidade de financiamento por parte das estatais.

Analisar o caso concreto envolvendo a Odebrecht e o BNDES era apontado, até então, como uma história de sucesso. Os acontecimentos recentes, entretanto, não deslegitimam o potencial e a necessidade do financiamento do BNDES para as empresas privadas, mas sim sugerem conforme exposto por Vasconcellos (2015) uma maior necessidade de transparência no exercício de tal processo.

De fato, a internacionalização e o longo período de sucesso vivido pela Odebrecht é atrelado ao relacionamento da empresa privada com o BNDES, sendo uma das principais beneficiadas dos financiamentos do banco estatal. Há nebulosidade ao analisar-se a influência do banco estatal na empresa, bem como a suposta influência da empresa no banco estatal, de modo que o presente estudo buscou concentrar-se apenas nos aspectos relacionados ao aporte e importância financeira advindos de tal relação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O BNDES ao longo de toda sua história até o ano de 2010 (período final de análise desse trabalho) teve uma função impar diante da evolução industrial brasileira e também do crescimento econômico e social do país. Como notamos durante a apresentação teórica e histórica do trabalho, o Banco manteve sua função durante toda a era desenvolvimentista do cenário brasileiro, promovendo o investimento em infraestrutura e na industrial nacional para a fortificação da economia. A partir da década de 80 foi notado uma falta de linha na atuação do BNDES, devido a crise financeira instalada no cenário internacional, o Banco foi obrigado a agir de forma compensatória junto ao governo para diminuir os impactos que a crise tinha sobre o território nacional.

Durante da década de 90 o Banco perdeu sua característica de “agente provedor do crescimento econômico e social” e atuava mais no sentido de estabilizar as contas do governo e diminuir as taxas e inflações que eram a “assombração” da década. Com a ineficácia do modelo liberal proposto pelo Estados Unidos na grande maioria dos países da América Latina, os governos considerados de esquerda na região ganham força e assumem a liderança de grande partes do países. No Brasil, com a eleição de Lula, notamos uma mudança na postura do Estado, que podemos vincular ao Novo-Desenvolvimentismo.

O governo de Lula foi onde o BNDES teve uma grande participação junto a agenda de política externa brasileira e pode atuar junto ao estado na forma de promover as mudanças necessárias e o disponibilizar o financiamento para que o empresariado, não só privado, mas estatal também pudesse se projetar no mercado externo de forma a promover um crescimento exponencial da econômica brasileira durante o período.

Neste trabalho, fiz a análise de três empresas que receberam diretamente o financiamento do BNDES com o objetivo de inserção no mercado internacional, são elas: Fíbria, Odebrecht e JBS.

Com a análise feita, e o estudo apresentado nesse trabalho, podemos dizer que a atuação do BNDES em financiar as empresas de modo as torna-las mais competitivas a nível mundial e possibilitar um crescimento do empresariado local apoiado nessas grandes empresas, foi alcançado como vemos no caso dessas três empresas que se tornaram empresas de nível e reconhecimento mundial em suas áreas. Porém, concluo que, mesmo com o crescimento e prospecção notável dessas empresas que receberam o financiamento do BNDES, o crescimento não foi o mesmo a nível econômico e social no Estado brasileiro. Sendo assim, a posição mundial do Brasil quanto a uma nação como o todo, permanece inalterado, mesmo com grande empresas multinacionais fazendo parte do seu aparato empresarial.

## REFERÊNCIAS

AOUN, S; VERDI, A.R. INSERÇÃO DO GRUPO JBS NA DINÂMICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 99-114, jul./dez. 2010

BNDES. Aspectos financeiros e institucionais do BNDES. Rio de Janeiro: BNDES, jun. 2011. Disponível em: 18 . Acesso em: 30 julho . 2017

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento. O CRESCIMENTO DE GRANDES EMPRESAS NACIONAIS E A CONTRIBUIÇÃO DO BNDES VIA RENDA VARIÁVEL. 1ª. edição do relatório, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Rev. Econ. Polit., São Paulo , v. 30, n. 4, p. 663-686, Dec. 2010 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572010000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000400007&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000400007>.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e Crise no Brasil. Editora 34, 2003. do Sul enviada pelo Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas. A Federação, Porto Alegre, 1928-1930.

BRESSER-PEREIRA, L.C. (2004a). "Novo-desenvolvimentismo". Folha de São Paulo/ Caderno Dinheiro, 19/09/2004.

CAMPIELO, Renata de Siqueira; PESAVENTO, Fabio. A política externa brasileira e o BNDES: uma análise da atuação internacional do BNDES durante o governo Lula (2003 – 2010). In: II Seminário de Iniciação Científica da ESPM, 2., 2013, São Paulo. II Semic. São Paulo: ESPM, 2013. p. 1 - 16.

CARDOSO, S.O. Análise de Investimento de Capital na Indústria Brasileira de papel e celulose por meio da Teoria das Opções Reais: O Caso da Fibria Celulose S.A. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de PósGraduação em Engenharia Industrial da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2014.

CASEIRO, L.C.Z. Novas estratégias de internacionalização das empresas brasileiras: expansão geográfica, determinantes e alternativas de política industrial. Dissertação apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2009

CORSI, L; CAMARGO, J. (Org.). Celso Furtado e os desafios do desenvolvimento. Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

COSTA, Fernando Nogueira da. Social-Desenvolvimentismo. 2012. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/04/02/social-desenvolvimentismo/>>. Acesso em: 15 de julho de 2017

COSTA, Karen Fernandez. Mudança de Rumo, Mesmo Função - o BNDES na Segunda Metade dos Anos 80. 2003. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

COSTA, Karen Fernandez. Metamorfoses: O papel do BNDES na reordenação da economia brasileira. 2011. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

COUTO, A.C.L.; TRINTIM, J.G. O papel do BNDES no financiamento da economia brasileira, 2012.

FIBRIA. Fibria Celulose S.A. e suas controladas Informações Trimestrais (ITR) em 31 de março de 2017 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais. 2017.

FONTES, S; RIBEIRO, I. BNDES terá de anuir à venda da Eldorado. Valor Econômico. 2017. Disponível em: <[www.sinpacel.org.br/informativos/2017/697/bndes-tera-de.pdf](http://www.sinpacel.org.br/informativos/2017/697/bndes-tera-de.pdf)> Acesso: Ago/2017.

FURTADO, C. Formação econômica da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.

GARCIA, A.S. BNDES e a expansão internacional de empresas com sede no Brasil. 2011. Disponível em: <[www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/10/bndes-e-a-expansao-internacional-de-empresas-com-sede-no-brasil.pdf](http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/10/bndes-e-a-expansao-internacional-de-empresas-com-sede-no-brasil.pdf)> Acesso: Ago/2017

GOES, F.L. Financiamento Do Bndes Para Obras E Serviços De Empresas Brasileiras No Exterior. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2017.

GRAMASCO, T.B.Os Desembolsos Do BNDES Para A América Do Sul Com Destaque Para O Caso Argentino (2003-2010). Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. 2016.

GUIMARÃES, B.H.S. A Atuação Do BNDES Como Ator Da Política Exterior: A Inserção Na América Do Sul E No Caribe Através Do Empresariado Nacional. Anais do 4º Seminário de Iniciação Científica da ESPM | ISSN: 2358-2138 São Paulo | 29 de outubro de 2015

HIRATUKA, C; SARTI, F. Investimento Direto E Internacionalização De Empresas Brasileiras No Período Recente. 2011. Disponível em: <[repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1571/1/td\\_1610.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1571/1/td_1610.pdf)> Acesso: Ago/2017.

KRAYCHETE, E.S. O Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico E Social (Bndes) E A Expansão De Empresas Brasileiras De Construção Civil Para A América Do Sul. Caderno C R H, Salvador, v. 29, n. SPE 03, p. 125-134, 2016.

LENZ, Martinho Aloísio. A internacionalização das corporações nacionais. Brasília: UNB, 2009.

MACEDO, P. C. A. Estratégias de Financiamento e Investimento Estratégico: Mudanças e Efeitos na Indústria Frigorífica da Carne Bovina Brasileira. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Gestão e Estratégias de Negócios, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de mestre, 2011.

MACEDO, P.C.A; LIMA, L.C.O. Financiamento e Investimento Estratégico dos Frigoríficos Brasileiros: o Impacto na Competitividade da Cadeia Produtiva da Carne Bovina. IX SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012.

MATOS, E.L.; VIANA, L.S.; OLIVEIRA, V.L.S. Internacionalização das empresas brasileiras: como potencializar as oportunidades e enfrentar desafios. In: C@LEA – Cadernos de Aulas do LEA, n. 4, p. 16-29, Ilhéus – BA, nov. 2015.

ODEBRECHT, E. A atuação Internacional da Organização Odebrecht. XX Fórum Nacional BRASIL - Um Novo Mundo nos Trópicos. Fórum Nacional (sob o signo da incerteza) 26-30/mai de 2008.

RÊGO, B.F.S. O Processo de Internacionalização de Empresas Brasileiras: Os principais movimentos internacionais do setor de construção civil pesada. Dissertação de Mestrado (Instituto COPPEAD). Rio de Janeiro, 2015.

Rodríguez, Octavio. O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, L.B. Políticas públicas e internacionalização de empresas brasileiras. Soc. & Nat., Uberlândia, 27 (1): 37-52, jan/abr/2015

SIQUEIRA, M.R. Os Determinantes da internacionalização das empresas brasileiras do setor de carne bovina. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2016.

SISCU, João; PAULA, Luiz Fernando de and MICHEL, Renalt. Por que novo-desenvolvimentismo?. Rev. Econ. Polit. [online]. 2007, vol.27, n.4, pp.507-524. ISSN 0101-3157. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572007000400001>.

TORRES FILHO, E.T.T. Mecanismos de direcionamento do crédito, bancos de desenvolvimento e a experiência recente do BNDES. In: FERREIRA, F.M.R.; MEIRELLES, B.B. (Orgs.). Ensaio sobre a economia financeira. Rio de Janeiro: BNDES, 2009, p. 12-56.

VASCONCELLOS, P.M.C. A política externa brasileira e a internacionalização das empresas de engenharia e construção na América do Sul a partir de 2002. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

WILKINSON, J. Avaliação do apoio da BNDESPar ao setor de carne e mais especificamente à JBS S.A. Relatório de Pesquisa CGEE, 2014.